



Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário



O RAMO VESTUÁRIO NO BRASIL

DESAFIOS E OPORTUNIDADES



**Confederação Nacional dos
Trabalhadores do Vestuário (CNTV/CUT)**

Rua Caetano Pinto, 575, 1º andar
Brás - São Paulo - SP
CEP 03041-000
(11) 2108-9219
www.cntvcut.org.br

Presidenta

Francisca Trajano dos Santos

Vice-Presidente

João Batista Xavier da Silva

Secretário Geral

Renato Luis Hasen da Rosa

Secretário de Finanças e Administração

José Carlos Guedes

Secretário de Organização Sindical

Edmilson Antônio Viturino

Secretária pela Igualdade Racial

Vilma Aparecida do Carmo

Secretário de Juventude

James Santos Alves

Secretária da Mulher Trabalhadora

Maria Regina Lessa

Secretário de Formação

Jair Xavier dos Santos

Secretário de Relações do Trabalho

Reno Roberto Andrade de Paiva

Secretária de Políticas Sociais

Arlei Regalau

Secretária de Imprensa e Comunicação

Márcia Regina Gonçalves Viana

Seretária de Relações Internacionais

Benedita Donizete Soares

Secretário de Saúde do Trabalhador

Herman Francisco da Penha

Conselho Fiscal

Roberto Ângelo Singer
Lucinéia Maria da Silva
Adão Araujo de Jesus

Suplentes da Direção

Jose Rodrigues de Oliveira
Jurandi Souza Brito
Rosa Theonilda Immig
Maria de Fátima de Moura Santos
Durval Valdevino Gomes Junior
José Nogueira Filho
Valdielio de Lima Silva
Rogério Tolentino da Silva
Maria Sousa de Oliveira
Jose do Carmo da Silva
Luiz Carlos Vieira Cardoso
Sílvia Teresinha do Santos Peloso
Gilmar Machado de Souza
João Emerson Dutra de Campos

Suplentes do Conselho Fiscal

Carmen Silva Luiz
Janete Nascimento Miranda
Carlos Alberto Perreira

REVISTA CNTV

Abril de 2015

Produção, redação e edição

Paola Bello (MTB SC03022JP)

Coordenação editorial

Josenildo Melo

Infografia

Carla de Bona

Fotografia

Arquivos pessoais e banco de imagens
Fernanda Viana/STI Vestuário de Sorocaba
Clóvis Fabiano/Instituto Ethos
Dino Santos/CUT Nacional
Divulgação CNM/CUT, CNQ/CUT,
Contac/CUT, Conticom/CUT e IndustriALL
Josenildo Melo
Paola Bello
Paulo Pinto/Fotos Públicas
Roberto Parizotti/CUT Nacional

Fotos do índice

Banco de Imagens/Domínio Público

Capa

Arte: Carla de Bona
Fotos: Diogo Moreira/Divulgação/Couromoda,
Agência Brasil, Fotos Públicas, banco de imagens

Impressão

Hawaii Gráfica e Editora

Tiragem

1.000 exemplares

APOIO



EDITORIAL

Foto: Fernanda Viana/STI Vestuário de Sorocaba



Membros da direção da CNTV da gestão 2012-2015

O aumento no número de carteiras assinadas nos últimos 12 anos fez com que ficassem ainda mais nítidas as diferenças de salário e de condições de trabalho oferecidas a milhares de trabalhadoras e trabalhadores do ramo vestuário no Brasil. Horas que excedem a jornada diária, falta de prevenção contra acidentes de trabalho e a luta para frear a terceirização em nossas cadeias produtivas são apenas alguns dos desafios que enfrentamos.

Somos um dos ramos que mais sofreram com o avanço da globalização. Lutamos para que as linhas de produção permaneçam empregando brasileiros e brasileiras, assim como exigimos medidas de proteção do Governo contra a ampla abertura comercial. Queremos empregos de qualidade, queremos empresas responsáveis pelos postos de trabalho que abrem em suas plantas.

A revista que você tem em mãos busca mostrar um pouco dessa realidade. Busca dar voz aos que estão na linha de frente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário e que lutam por melhores condições de trabalho.

Nas próximas páginas você poderá saber um pouco mais sobre o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo em todo o Brasil. Conhecerá a opinião de especialistas sobre temas chave para a ação sindical, como responsabilidade social empresarial, saúde e segurança, globalização e direitos. Também vai poder ler mais sobre como a CNTV e a CUT andam juntas nos principais temas de trabalho e saber o que esperar das principais secretarias nos próximos meses.

Esperamos que os conteúdos desta publicação possam não apenas mostrar a realidade do ramo, mas também auxiliar na ação sindical. Mãos à obra e boa leitura! ●

- 04 | HISTÓRIA DE LUTAS, FUTURO DE DESAFIOS**
Por Cida Trajano, presidenta da CNTV
- 06 | RAIOS DO VESTUÁRIO**
O perfil dos setores têxtil, confecção, couro e calçados em todo o Brasil
- 12 | AÇÃO SINDICAL GLOBAL CONTRA A CRISE**
Por João Felício, presidente da Confederação Sindical Internacional
- 14 | TERRENO FÉRTIL PARA MUDANÇAS**
Por Laura Carter e Monika Kemperle, da IndustriALL Global Union
- 16 | VESTUÁRIO SUSTENTÁVEL**
Por Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Ethos
- 18 | DESAFIOS DE NORTE A SUL**
Deslocamento de empresas, importação e informalidade prejudicam avanço do ramo
- 22 | TODOS CONTRA O TRABALHO PRECÁRIO**
Por Grupo da CNTV no projeto Combate ao Trabalho Precário na América Latina, da IndustriALL
- 24 | CUT E CNTV EM SINTONIA**
Unificação de temas de trabalho potencializa lutas e garante conquistas nas secretarias
- 36 | AÇÃO SINDICAL PARA ALÉM DAS CAPITALS**
Por Jacy Afonso de Melo, secretário nacional de Organização e Política Sindical da CUT
- 38 | É PRECISO ENVOLVIMENTO COM A BASE**
Por Quintino Severo, secretário nacional de Administração e Finanças da CUT
- 40 | ALTERNATIVA À FRAGMENTAÇÃO**
Por Sérgio Nobre, secretário geral da CUT
- 42 | CNTV: UMA PARCEIRA DE PRIMEIRA HORA**
Por Vagner Freitas, presidente nacional da CUT
- 44 | A PRESENÇA DA CNTV NO MACROSETOR INDÚSTRIA**
Depoimentos de presidentes da Contac, CNQ, CNM e Conticom

ÍNDICE





HISTÓRIA DE LUTAS, FUTURO E DESAFIOS

Por Cida Trajano, presidenta da CNTV

O ramo do vestuário foi um dos primeiros estabelecidos na era industrial brasileira. Em 1917, trabalhadores e trabalhadoras organizados em comissão lideravam a primeira grande greve nacional de chapeleiros e sapateiros – manifestação manchada com sangue de um trabalhador, que morreu lutando por melhores salários e condições dignas de emprego.

Somos um ramo com tradição, história e lutas. Hoje, ocupamos o segundo lugar no ranking da indústria brasileira em número de trabalhadores empregados, atrás apenas do setor de alimentação. Temos novos cenários, novos mercados e produtos, mas em nossa pauta, as lutas do passado permanecem.

Apesar da importância econômica, ainda sofremos com baixos salários e a desvalorização de nossa mão de obra. O vestuário é quem alavanca a indústria da moda brasileira, mas ainda sofre com o trabalho precário nas suas linhas de produção. Empregamos milhares de brasileiros e de brasileiras, mas ainda tratamos nossa mão de obra como *commodity*, como um item de produção feito para servir à indústria. Buscamos ganhar mercado, mas esquecemos de investir em centros de pesquisa e em novas tecnologias que tornem o ambiente de trabalho mais igualitário, seguro e digno.

Fazemos parte de uma nação que tenta se estabelecer no cenário mundial, mas que sacrifica trabalhadores quando coloca o lucro acima dos direitos. Somos o setor que mais sofre com as importações desenfreadas, que trazem produtos de baixo preço e qualidade questionável e que ocasionam demissões e fechamento de fábricas.

Temos história, mas somos jovens. É no ramo do vestuário que muitos brasileiros encontram o primeiro emprego. Damos a oportunidade, mas não conseguimos frear a rotatividade, e o jovem que entra hoje em nossas fábricas encontra uma nova profissão antes de tirar as primeiras férias remuneradas. Também somos mulheres de garra. Hoje, 42% das trabalhadoras empregadas no vestuário são chefes de família.

Somos milhares de trabalhadores e trabalhadoras em busca de salários justos, de locais seguros de trabalho, de políticas sociais que nos garantam dignidade. Somos têxtil, confecção, couro e calçados – setores que movem a economia do País. Precisamos fazer valer nossos direitos. Chegou a hora de ocuparmos nosso lugar. ●



O RAIO X DO VESTUÁRIO

Pesquisa mostra perfil de trabalhadores e trabalhadoras dos setores têxtil, confecção, couro e calçados em todo o Brasil

Pouco mais da metade dos trabalhadores e trabalhadoras ocupados nos quatro setores do ramo do vestuário possuem carteira assinada. No total, são 2,6 milhões de pessoas ocupadas no ramo, mas apenas 1,4 milhão com trabalho formal. Além da falta do cumprimento da legislação trabalhista, a informalidade é responsável pelos menores salários – o salário médio do trabalhador informal do vestuário corresponde a pouco mais da metade do salário de um trabalhador formal. É o que aponta estudo lançado em dezembro de 2014 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Encomendado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Conaccovest), o estudo *Indicadores econômicos – setor têxtil, vestuário, couro e calçados* traça um panorama do emprego nesses quatro setores, com análise dos indicadores mais importantes sobre mercado de trabalho produzidos no Brasil. Ele aponta, por exemplo, que mais de 69% das pessoas ocupadas no ramo são mulheres e o tempo médio de permanência no emprego é de 37 meses.

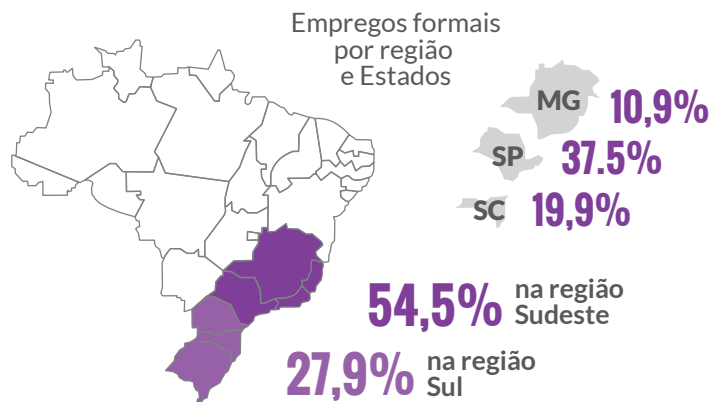
Em cada cinco pessoas ocupadas no ramo, duas estão na região Sudeste. Porém, Sudeste e Sul são as regiões que mais perderam postos de trabalho no ramo entre os anos 2000 e 2010, referências na pesquisa. No estudo, também chamam a atenção o aumento da escolaridade e o pouco tempo de permanência nos postos de trabalho, comuns nos quatro setores.

No ano 2000, a maioria dos trabalhadores do ramo (41,3%) havia estudado apenas até o ensino fundamental. Em 2010, mais da metade (54,3%) das pessoas ocupadas no ramo possuíam ensino médio, completo ou incompleto. Os analfabetos, que em 2000 representavam 0,8% dos trabalhadores, hoje representam 0,3%. E os que cursaram ou cursam ensino superior passaram de 2,8% em 2000 para 4,4% em 2010.

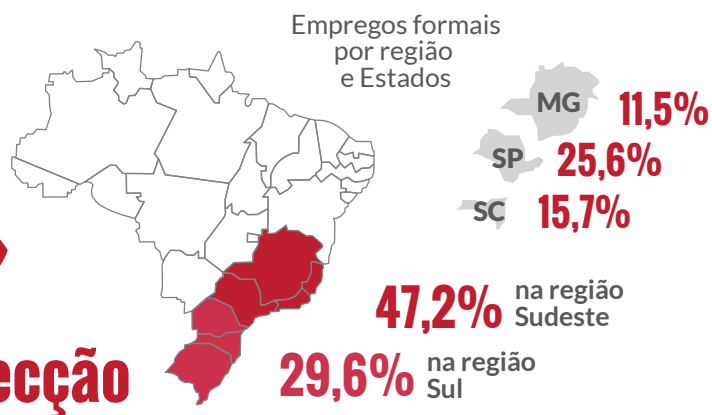
O número de trabalhadores formais que permanecem menos de um ano no emprego é alto em todos os setores. No setor têxtil, 31,9% permanecem no mesmo emprego por até 12 meses. Nas confecções, esse índice é de 40,8%. As taxas mais altas, porém, estão nos setores de couro e de calçados – 41,7% e 43,1%, respectivamente. ●



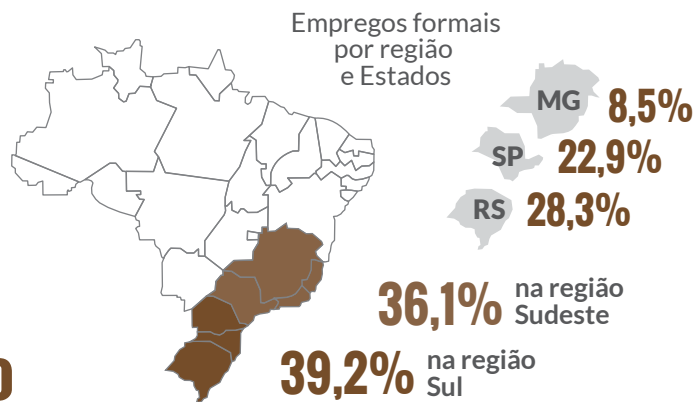
Têxtil



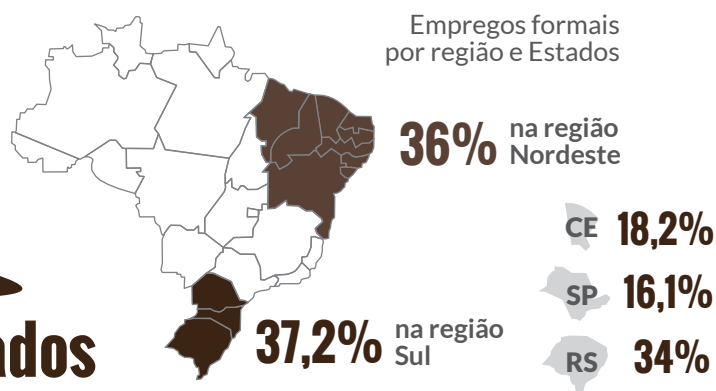
Confecção



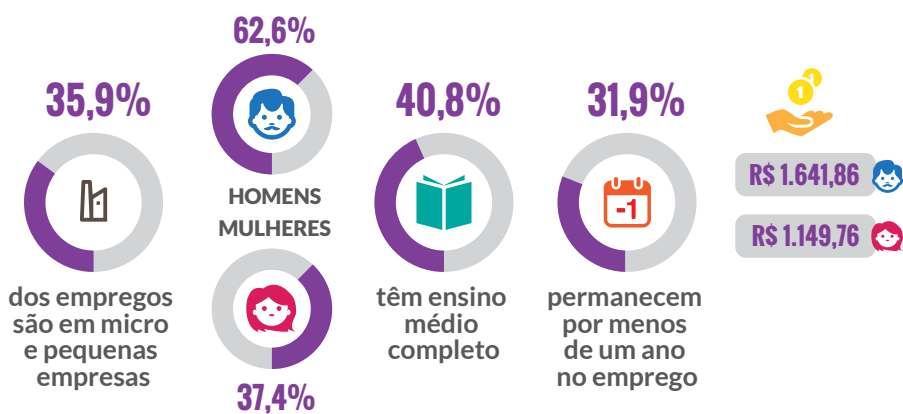
Couro



Calçados

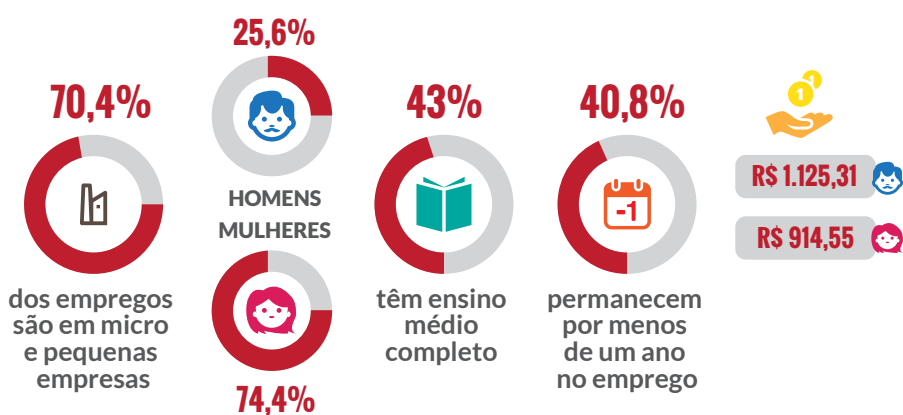


Critério do IBGE para classificação do porte das empresas por número de empregados:



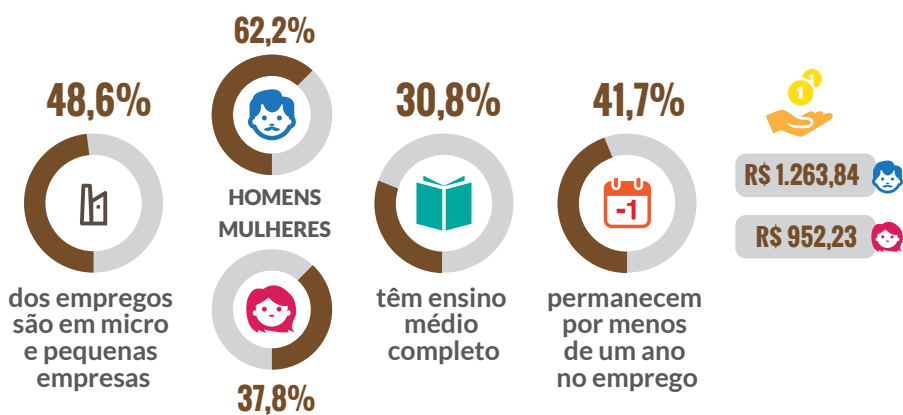
No setor têxtil, um em cada três trabalhadores tem entre 40 e 64 anos e 40% de todos os empregados são jovens com idade entre 18 e 29 anos. Os maiores salários são pagos a pessoas com mais de 65 anos (média de R\$ 2.885,95 mensais) e com 10 anos ou mais de permanência na empresa (média de R\$ 2.258,18). Quanto à escolaridade, os maiores salários são de trabalhadores com pós-graduação completa, com remuneração média de R\$ 8.012,82 por mês.

TÊXTEL



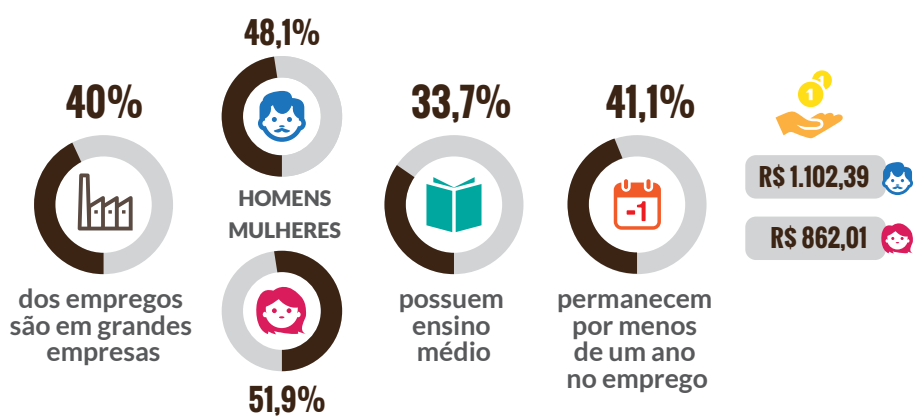
No setor de confecção, a faixa etária predominante é de 30 e 39 anos (27,1% dos trabalhadores). São Paulo tem o maior número de postos formais (25,6% de todo o setor). Nos últimos dez anos, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte tiveram aumento significativo no trabalho formal – crescimento de 503% e 364% dos postos locais existente, respectivamente. O setor é formado prioritariamente por micro e pequenas empresas (70,4%), onde o salário médio é de R\$ 885.

CONFECÇÃO



No setor coureiro, a maioria dos trabalhadores tem entre 30 e 39 anos, grupo que recebe, em média, R\$ 1.198,98 por mês. Os trabalhadores com mais de 10 anos de empresa recebem menos de R\$ 1.800 por mês e o salário médio dos que possuem ensino superior não chega a R\$ 3.300. As empresas de médio porte agregam 34,9% dos trabalhadores e também são as que pagam os melhores salários (média de R\$ 1.304,33).

COURO

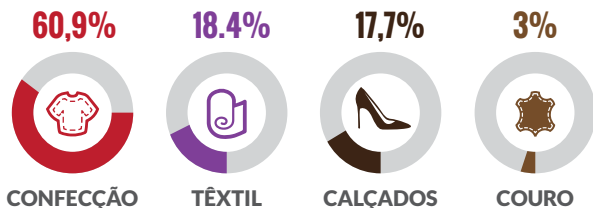


O setor calçadista é o que apresenta maior rotatividade: 41,1% dos trabalhadores formais ficam menos de um ano no emprego. Um dos motivos é a alta concentração de jovens (50,2% de todos os trabalhadores têm entre 18 e 29 anos). Outro é a migração dos postos de trabalho do Sul para o Nordeste. No Ceará, entre 2000 e 2010, o número de empregos saltou de 27 mil para 63,5 mil. Na Bahia, no mesmo período, o número de trabalhadores calçadistas aumentou 371%.

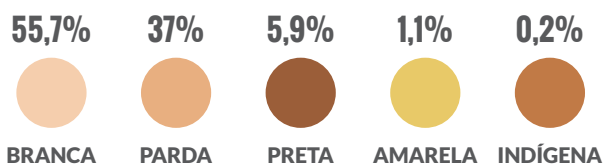
CALÇADOS

Recortes do vestuário brasileiro

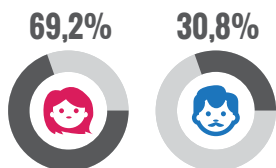
Trabalhadores por setor (formais e informais)



Trabalhadores por cor de pele

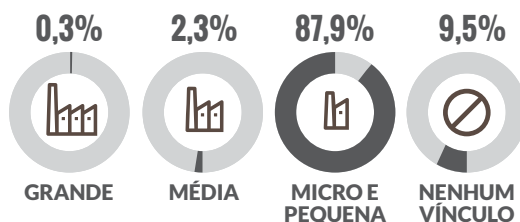


Do total das pessoas ocupadas no ramo, formal e informalmente



O ramo emprega formalmente 1,4 milhão de trabalhadores, mas, no total, são 2,6 milhões de ocupados, que se dividem por regiões da seguinte forma:

Trabalhadores por porte de empresa



Micro e pequenas empresas empregam **53,2%** de todos os trabalhadores formais do ramo



Trabalhadores formais



Tempo médio no emprego



52,4 meses



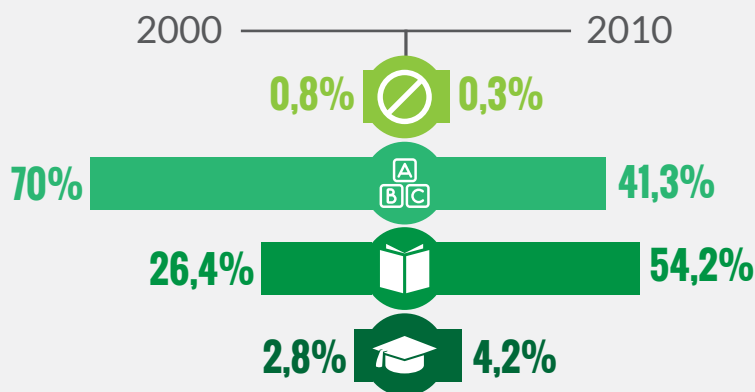
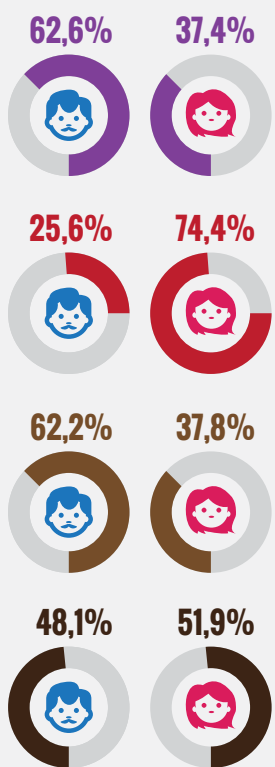
33,1 meses



36,9 meses



31,4 meses



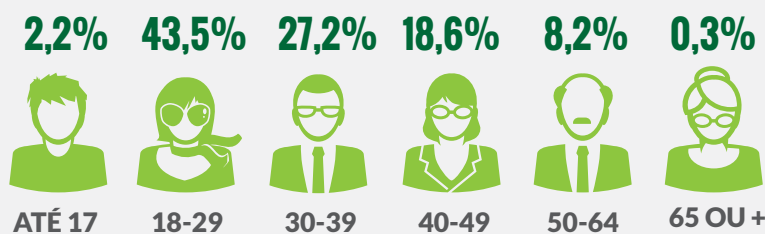
🚫 Analfabetos

📖 Ensino Fundamental (completo ou incompleto)

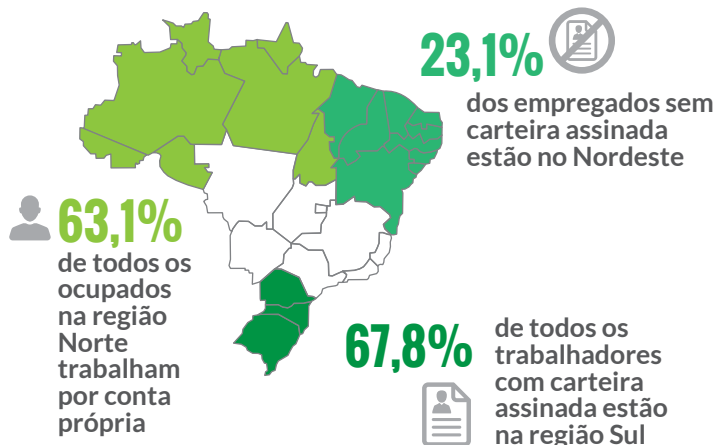
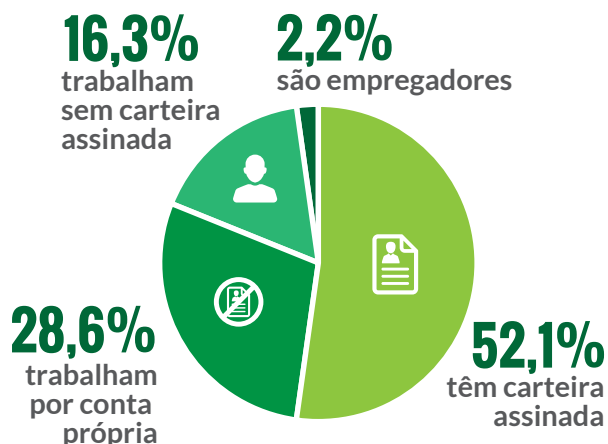
📖 Ensino Médio (completo ou incompleto)

🎓 Ensino Superior (completo ou incompleto)

FAIXA ETÁRIA



Formais X Informais



Jornada de Trabalho

72,9% dos trabalhadores formais têm jornada semanal de **40 a 44 horas**

Entre todos os ocupados, **46%** trabalham de **40 a 44 horas** semanais, **28,1%** trabalham mais de **45 horas** por semana e **25,9%** trabalham até **39 horas** semanais.

	Todos os ocupados	Trabalhadores formais	Trabalhadores sem carteira	Trabalhadores por conta própria	
	R\$ 974 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$	R\$ 994 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$	R\$ 529 \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 773 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	TÊXTEL
	R\$ 797 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$	R\$ 752 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 558 \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 776 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	CONFECÇÃO
	R\$ 966 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 882 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 552 \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 1.062 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	COURO
	R\$ 793 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$	R\$ 774 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 632 \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	R\$ 1.062 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ €	CALÇADOS

Fonte de todos os infográficos: Indicadores econômicos - setor têxtil, vestuário, couro, confecção e calçados (Dieese, 2014)



AÇÃO SINDICAL GLOBAL CONTRA A CRISE

Por João Felício, presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI)

O agravamento da crise tem rebaixado aceleradamente a qualidade das condições de vida e trabalho em todo o planeta. Uma lógica ditada pelo capital especulativo e pelas transnacionais para garantir que o 1% da casta dominante continue concentrando renda e poder.

Para enfrentar esse tsunami, construímos a Confederação Sindical Internacional (CSI), que congrega mais de 180 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em 161 países, e contamos com a Confederação Sindical das Américas (CSA) para potencializar a ação mundial com a luta local.

Diante das peculiaridades, ganha relevância a unidade com os sindicatos globais para darmos enfrentamento prático às empresas e governos, mobilizando por direitos, empregos e distribuição de renda. Nesta articulação mais ampla, fundamental para barrar retrocessos e abrir caminho a conquistas, contamos com a parceria da ICM (Internacional da Construção e da Madeira), IE (Educação), FIJ (Jornalistas), Industrial (Metalúrgicos, Químicos, Vestuário), ITF (Transportes), UITA (Alimentação), ISP (Serviço Público) e a UNI (Bancários e Comerciais).

Entre tantas batalhas que temos pela frente contra o capital, há uma dura disputa em curso no Conselho de Administração da OIT. O empresariado está atentando contra o direito de greve, buscando que os trabalhadores não tenham acesso a este direito humano fundamental. Querem um cheque em branco para impor a lei da selva, criminalizando qualquer reação. Vale lembrar que é este o caminho ditado pela Troika (Banco Mundial, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), que busca fazer tábua rasa dos direitos sociais e previdenciários.

Não serão respostas individuais que resolverão o embate com as megacorporações, mas a ação coletiva pelos direitos da mulher, contra a discriminação dos negros, pelo aumento da representação sindical da juventude e por trabalho decente.

A luta precisa de bandeiras que unifiquem os movimentos sindical e social pelo progresso e desenvolvimento de nossos países e povos contra a política recessiva em curso. Nossa agenda contempla a taxaço das grandes fortunas e das transações financeiras como elementos chave para investir na produção, fortalecer os programas sociais e defender a democracia e a soberania. Para que os povos do mundo se reencontrem com a justiça. ●



Laura Carter (acima), assessora regional da IndustriALL para América Latina e Caribe, e Monika Kemperle, secretária geral adjunta da IndustriALL Global Union

Fotos: Divulgação/IndustriALL

TERRENO FÉRTIL PARA MUDANÇAS

Por Laura Carter e Monika Kemperle, da IndustriALL

A globalização desregulada tem sido um desastre para trabalhadores e trabalhadoras. Ela tem minado a segurança no local de trabalho, reduzido os salários reais e deteriorado os direitos trabalhistas em todas as partes do mundo. Os dados são alarmantes: hoje em dia, 1% da população mais rica do planeta possui quase metade da riqueza mundial, enquanto 2,7 bilhões de pessoas vivem com menos de dois dólares por dia. Oito por cento da força de trabalho mundial têm acesso à seguridade social e 93% não têm proteção sindical.

Os trabalhadores e trabalhadoras dos setores têxtil, vestuário, couro e calçados, cujo trabalho contribui para uma indústria global de U\$ 5 bilhões, vivem no limite desta realidade. Basta ver a situação dos trabalhadores de calçados recentemente presos no México por terem tentado defender a segurança no local de trabalho. Ou a realidade das famílias de trabalhadores e trabalhadoras da confecção mortos no Camboja por exigirem salários dignos. Ou dos trabalhadores da indústria têxtil no Quênia demitidos por terem formado sindicato. Ou dos imigrantes ilegais que trabalham em oficinas de costura clandestinas na periferia de Milão.

Mas ao invés de se entregarem ao desespero, trabalhadores e trabalhadoras ao redor do mundo estão lutando cada vez mais – e vencendo. Sindicatos estão se unindo em solidariedade além das fronteiras nacionais e estão se organizando para tornarem sua posição mais forte na mesa de negociação.

Controlar a globalização certamente não é uma tarefa fácil. Exige que construamos sindicatos fortes e unidos, com dirigentes capacitados e comprometidos, incluindo mulheres e jovens. Exige a intensificação da cooperação estratégica para muito além de nossas fronteiras. Exige que coloquemos em prática o lema de que “um ataque contra um é um ataque contra todos”, tanto dentro quanto fora de nossos países. Finalmente, exige que coloquemos pressão não apenas nos empregadores, mas também nos políticos que promulgam leis e políticas determinantes para nossas economias e para nossas sociedades.

Controlar a globalização não é uma tarefa fácil, mas juntos podemos – e devemos – aceitar o desafio. A luta continua! ●



VESTUÁRIO SUSTENTÁVEL

Por Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Ethos

A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vem flagrando continuamente trabalhadores estrangeiros submetidos a condições análogas à escravidão, em oficinas de costura que produzem roupas para grandes marcas ou redes varejistas. Muitos casos ocorrem na capital paulista, uma das maiores metrópoles do mundo.

O setor de varejo viu crescer a demanda por novidades constantes, face ao aumento de renda da população e à maior oferta a preços baixos dos produtos importados. Com isso, pressionou o setor de confecções, constituído por micro e pequenas empresas (MPEs), intensivas em mão de obra, mas de baixa produtividade. Para dar conta das encomendas, nem sempre estáveis, essas MPEs terceirizaram as encomendas a oficinas de costura e reduziram o preço pago por peça confeccionada. O subcontratado, sem saber quando e quanto trabalho terá, trata de obter os menores custos e uma das saídas é a precarização do trabalho, que leva às condições degradantes.

Para garantir a competitividade do negócio em âmbito interno e no mercado internacional, a indústria têxtil e de confecções precisa reduzir custos e, ao mesmo tempo, estabelecer condições dignas de trabalho e relacionamento duradouro com a cadeia de valor, oferecendo ao mercado produtos inovadores e atraentes. Este é um exercício que só poderá ser resolvido com a aplicação de estratégias de sustentabilidade que proporcionarão tanto mais competitividade quanto mais elas se disseminarem nas cadeias de valor, desde a produção de fibras até o varejo têxtil.

Em julho de 2013, o Uniethos, organização parceira do Ethos para consultoria em estratégias de sustentabilidade, lançou o estudo *Sustentabilidade e Competitividade na Cadeia da Moda*, que lista estratégias para uma agenda de sustentabilidade do setor. Entre elas, estão: uso e qualidade da água; redução de carbono; cuidados com químicos e geração de resíduos; e novos produtos.

A construção dessa agenda só será viável com a participação das empresas, dos trabalhadores, dos governos, das universidades, das entidades associativas e de outras organizações. Cada um desses entes com seu papel específico, mas buscando cooperação com os temas regionais e nacionais. ●



Foto de sapatos: Diogo Moreira/Divulgação/Couromoda
Demais fotos: Banco de imagens de domínio público

DESAFIOS DE NORTE A SUL

Deslocamento de empresas, importação e informalidade nas cadeias produtivas prejudicam o avanço do ramo

Os últimos anos têm sido desafiadores para o ramo vestuário. Do lado sindical, aumentaram as lutas pelo fortalecimento dos sindicatos, piso salarial nacional por setor e combate ao trabalho precário. Do lado dos empregadores, os desafios que despontam são impostos altos, concorrência com produtos importados e o lucro a qualquer custo. Na ponta da cadeira, o trabalhador é o ponto mais fraco e o primeiro a ser atingido: sofre com redução dos salários, aumento de horas extras e acúmulo de funções.

A diminuição de postos de trabalho é outra consequência enfrentada pelo ramo. O setor calçadista, por exemplo, fechou 2014 com o nível de emprego 8% menor em comparação a 2013, segundo o IBGE. O número representa 20 mil postos de trabalho a menos. Essa redução é também reflexo da baixa nas exportações. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a queda em 2014 foi de 3,9% em comparação às exportações em 2013.

“Para tentar diminuir os prejuízos econômicos, as empresas

se deslocam para outros Estados, principalmente no Nordeste”, afirma o presidente da Federação Coureira do Brasil, José Guedes. “Os impostos lá são menores para indústrias de couro e calçados, assim como a média salarial oferecida aos trabalhadores”, justifica.

Junto com impostos e salários reduzidos, o ramo acaba sofrendo com a informalidade e a terceirização. “No vestuário e na confecção, a informalidade é muito grande. No Nordeste, onde estão as maiores empresas, é um problema constante, principalmente no Ceará”, aponta o presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem do Ramo do Vestuário do Norte e Nordeste, José Mandu.

No Estado, segundo o presidente, é comum empresas pequenas, que prestam serviços para grandes marcas, não terem sequer um funcionário registrado. “Foi feito um levantamento por um sindicato da região que apontou que, em algumas cidades, existem mais de 150 empresas de fundo de quintal, sem nenhuma carteira assinada. Estamos tentando resolver, mobilizando mais pessoas,



“Os sindicatos se envolvem bastante com a categoria, vão na porta da fábrica buscar a sindicalização. E é assim que deve ser, o sindicato tem que ir até a base, tem que se envolver com a comunidade”

João Batista Xavier da Silva

Presidente da Federação Democrática dos Trabalhadores na Indústria do Calçado no Rio Grande do Sul

abrindo sindicatos onde não tem”, ressalta Mandu.

No Sul do Brasil, as empresas que permaneceram enfrentam outro desafio: a alta rotatividade. De acordo com o presidente da Federação Democrática dos Trabalhadores na Indústria do Calçado no Rio Grande do Sul, João Batista Xavier da Silva, embora o setor calçadista seja um dos mais antigos da região, é pouco atrativo para os jovens trabalhadores. Os que permanecem disponíveis no mercado trabalham sazonalmente, alternando com a safra de fumo, também forte na região.

“Temos alguns trabalhadores, em geral mais velhos, que permanecem por anos na indústria do calçado. Com os mais novos, o que vemos muito é o trabalho por safra. Trabalham no período de safra do fumo e depois, quando não têm o que fazer, vêm pro setor do calçado. Volta a safra do fumo e eles saem, porque a colheita do fumo paga mais”, explica Batista. Na região, a média de rotatividade no setor calçadista é de 20%, mas a principal preocupação é com o ingresso de novos trabalhadores. “O jovem de hoje não quer trabalhar com calçado. Você começa e em três meses já sabe todas as operações da empresa. Os salários são baixos e não há desafios para a carreira”, ressalta.

Concorrência desleal

Outro problema grave enfrentado por todos os setores da indústria brasileira está nos produtos importados. “De cada 100 calçados produzidos no Brasil, apenas 13 ficam no País. Todo o resto é destinado à exportação. Mas a exportação não é o problema. O problema é que o Brasil importa calçados. A gente exporta produto de qualidade e importa calçado de plástico, feito na China”, lamenta Guedes. A principal justificativa para essa troca desvantajosa para o consumidor brasileiro está no preço da mercadoria.

O problema se repete nos setores têxteis e do vestuário. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a cada segundo o Brasil importa US\$ 214 em produtos têxteis e confeccionados. Além de fechar novas oportunidade de emprego (1 posto a menos no setor a cada minuto), a falta de barreiras às importações de produtos concorrentes com os nacionais prejudica diretamente o mercado interno. Apenas nos nove primeiros meses de 2014, o Brasil havia importado mais de US\$ 5 bilhões em produtos têxteis, fazendo com que 598 mil postos de trabalho deixassem de ser gerados.

“O mesmo tecido fabricado



“Queremos unificar as pautas e começar a negociar por região. Buscamos igualar os direitos, os salários e os benefícios oferecidos a todos os trabalhadores”

José Mandu

Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem do Ramo do Vestuário do Norte e Nordeste

aqui, com a mesma qualidade, é oferecido pela China com preço 70% menor. Isso sem contar os de qualidade inferior, que chegam quase de graça” ressalta Mandu. “Precisamos barrar esse processo, melhorar a situação interna, em defesa das empresas nacionais e dos nossos trabalhadores”, alerta.

“Os produtos importados entram no Brasil sem nenhum critério”, reforça Batista. “Se olharmos para o setor do vestuário, as importações aumentaram em 470% só em 2014. Isso indica o fim da produção interna em pouco tempo. Com o calçado acontece a mesma coisa. Em 2005, o par de calçado entrava na alfândega brasileira por US\$ 0,29. Desde então, o movimento que acontece é da empresa trazer o calçado pra cá, e aqui só coloca a etiqueta. E se a gente olhar as fábricas de Hong Kong, que é o quarto maior produtor mundial de calçado, não existe um funcionário. É tudo terceirizado”, ressalta.

Outro ponto prejudicial para os brasileiros é a exportação da linha de produção, que também impacta diretamente nos trabalhadores e trabalhadoras. De acordo com Guedes, é uma tendência vista no Brasil o envio de matéria-prima para países onde a produção é mais barata. Essa matéria-prima volta como produto finalizado, a um preço muito inferior ao praticado nacionalmente.

“Quando a gente olha para o couro, o problema é ainda pior. O Brasil exporta o couro em estágio primário, e esta exportação tem aumentado a cada ano. O problema é que o tratamento do couro é um processo muito poluente”, afirma Guedes. “Assim, o couro vai para o mercado externo já tratado, e os danos ambientais ficam no Brasil. A gente fica com os danos, perde empregos na indústria, e acaba importando calçados que

vão concorrer com os produzidos nacionalmente.”

Ampliação de bases

A busca por mecanismos que barrem as importações indiscriminadas é apenas uma das lutas comuns entre os setores têxtil, vestuário, couro e calçados. Com o deslocamento das empresas, o alcance de trabalhadores em todas as novas localidades também se torna um desafio. Na busca por solução, as federações têm assumido a mobilização em cidades que não são cobertas por sindicatos.

“A ideia da ampliação de base da federação, os valores sociais, as conquistas obtidas junto à categoria e as convenções coletivas não podem ir por água abaixo quando a empresa muda. Nós, representantes dos trabalhadores, temos que levar junto essas conquistas”, afirma Guedes.

A saúde e a segurança também são bandeiras que unem os setores. Prevenção e tratamento de doenças ocupacionais, como LER/DORT e depressão, e a conscientização sobre a importância do uso de equipamentos de proteção individual são itens defendidos diariamente em todos os Estados.

“Temos conseguido muitas adesões novas porque os sindi-

catos são bem vistos pelos trabalhadores”, afirma Batista. “Os sindicatos se envolvem bastante com a categoria, vão na porta da fábrica buscar a sindicalização. E é assim que deve ser, o sindicato tem que ir até a base, tem que se envolver com a comunidade.”

O próximo passo, e que será uma das principais bandeiras da CNTV em 2015, é a definição de um acordo coletivo nacional de todo o ramo do vestuário. “Queremos unificar as pautas e começar a negociar por região. Buscamos igualar os direitos, os salários e os benefícios oferecidos a todos os trabalhadores. Assim, uma empresa que está no Sul, quando decide ir para o Nordeste, vai estar ciente de que o que era oferecido aos trabalhadores continuará”, defende Mandu.

“Essa campanha é encabeçada pela CNTV desde a década de 1990”, afirma Batista. “Já tivemos reuniões com o governo, com os ministérios, mas ainda falta muito. Estamos recebendo outras centrais nessa luta, pra ganhar mais corpo. Aos poucos, conseguimos nos fazer visíveis, conseguimos ganhar mais força, mostrar nossa importância para a economia do Brasil. Ainda leva tempo, mas é uma luta que não podemos desistir.”●

“A exportação não é o problema. O problema é que o Brasil importa calçados. A gente exporta produto de qualidade e importa calçado de plástico”

José Guedes

Presidente da Federação Coureira do Brasil



Foto: Paula Bello



Imagem da campanha de combate ao trabalho precário, da IndustriALL (topo), seguida por fotos de Elias Soares (Pintado), coordenador do projeto na América Latina, e integrantes da CNTV no projeto: Herman Francisco, Jeane de Souza Araujo, José do Carmo da Silva, Lilian Araujo Pinto, Maria da Conceição da Silva, Maria Regina Lessa, Paulo Juarez A. Gomes, Renata Nogueira da Silva e Rosemeire Pereira de Macedo.

Fotos: Divulgação/CNQ (Pintado), Josenildo Melo (Jeane Araujo e Maria Regina Lessa) e arquivos pessoais dos demais integrantes

TODOS CONTRA O TRABALHO PRECÁRIO

Por grupo da CNTV no projeto Combate ao Trabalho Precário, da IndustriALL

Exigência de horas extras, pressões, demissão de dirigentes sindicais, perseguição a trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados, punição, advertências e suspensões injustificadas, terceirização, alta rotatividade. A lista de situações que identificam o trabalho precário é extensa, mas não é capaz de barrar a luta por condições de trabalho decente e para uma vida digna.

Trabalhadores e trabalhadoras da indústria têxtil, confecção, couro e calçados, lutam diariamente contra o risco de acidentes de trabalho, doenças ligadas à jornada intensa e condições de trabalho insalubres e inseguras. Lutam também para que sejam respeitados os direitos ao salário digno e à organização no local de trabalho.

Nesta luta, os ramos vestuário, metalúrgico e químico ligados às centrais sindicais no Brasil aderiram ao projeto *Combate ao Trabalho Precário*, lançado pela IndustriALL Global Union. O projeto global e com coordenações regionais na África, Ásia, Europa, América do Norte e América Latina e Caribe, tem como objetivo identificar práticas e experiências de confederações, federações e sindicatos no combate a todas as formas de precarização, além de criar espaços para troca de experiências e capacitação de dirigentes para ações que visem a conquista de condições e relações de trabalho sadias e decentes.

Na América Latina, brasileiros unem-se a companheiros e companheiras da Colômbia, Chile e Argentina para conscientizar sobre direitos dos trabalhadores e obrigações das empresas em oferecer trabalho digno e seguro. No ramo vestuário, buscamos a aprovação de uma norma nacional que garanta ergonomia no local de trabalho e ritmo de produção condizente com as capacidades dos trabalhadores. Também lutamos pela aprovação de um contrato nacional coletivo de trabalho, que garanta o respeito aos direitos e ao salário digno em qualquer lugar do País.

Trabalhadores e trabalhadoras possuem direitos que não podem ser ignorados. Lutamos por liberdade, dignidade e segurança. A IndustriALL é grande ferramenta na defesa de interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Ela nos impulsiona e estimula a lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e em busca de melhores condições de trabalho, saúde e salários para todos. ●

CUT E CNTV EM SINTONIA

Unificação de temas de trabalho entre a Central e o ramo vestuário busca potencializar lutas e garantir conquistas nas principais secretarias

Ao longo dos últimos anos, lideranças da CUT têm buscado a aproximação e a unidade de lutas com os ramos que a compõem. Tanto nos Estados quanto nas confederações, as secretarias têm definido temas que possam resultar em esforços conjuntos e, assim, alcançar maiores conquistas. Na secretaria de mulheres e no combate ao racismo, o foco é a igualdade de direitos. Entre a juventude e a formação, os esforços têm sido para mobilizar e formar novas lideranças. Na organização sindical, na saúde, na comunicação, nas políticas sociais e nas relações internacionais, busca-se ampliar a atuação e garantir os direitos em todos os cantos, dentro e fora do País. A CNTV, como confederação de grande participação e representatividade na Central, está alinhada a essas políticas.





“Somos 51% da população brasileira, mas infelizmente resta para negros e negras do nosso País os postos de trabalho mais precarizados, com menor remuneração”

Maria Julia Nogueira
Secretária nacional de
Combate ao Racismo da CUT

Combate ao racismo

Um dos temas que terá grande destaque nos próximos meses de luta é o combate ao racismo. O ano de 2015 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o primeiro da Década Internacional dos Afrodescendentes. A pauta global reforça o trabalho que vem sendo desenvolvido pela CUT desde o início da década de 1990, quando foi criada a comissão de combate ao racismo. Hoje transformada em secretaria, ela está presente em todas as CUTs estaduais, consolidando-se como uma política forte dentro dos principais ramos da Central.

“O último Censo do IBGE aponta que nós, negros, somos 51% da população brasileira, mas quando olhamos onde estamos, infelizmente resta para os negros e negras do nosso País os postos de trabalho mais precarizados, com menor remuneração”, lamenta a secretária nacional de Combate ao Racismo da CUT, Maria Julia Nogueira. “Infelizmente, o racismo ainda é muito presente na nossa sociedade. Temos muito o que lutar.”

Com o objetivo de mobilizar mais pessoas para essa luta, a secretaria lançou em 2014 uma publicação e uma campanha em conjunto com vários ramos da

CUT. “A campanha *Basta de racismo no trabalho e na vida* foi toda construída com os ramos. Isso foi muito importante, porque mostrou que o debate não pode ficar sob a responsabilidade apenas de uma secretaria. Ele tem que ser transformado em uma política em toda a Central”, ressalta.

Na CNTV, a Secretaria de Combate ao Racismo ainda está em formação, mas o tema já é bastante forte nas pautas de luta. “A CNTV tem se aprofundado na questão do combate ao racismo e, em 2015, queremos desenvolver um trabalho de mobilização em todo o ramo específico para esse tema”, afirma o secretário de Relações do Trabalho da CNTV, Reno Paiva, que hoje está à frente nas discussões sobre a temática dentro da confederação.

“É inaceitável que a gente ainda viva com uma situação dessas, onde o negro capacitado recebe menos que o branco, onde as oportunidades são dadas pela cor da pele”, lamenta Reno. “Raramente a gente encontra um negro como chefe de RH em uma empresa no ramo do vestuário. A população, inclusive a população negra, tem que lutar e mostrar que possui capacidade, que tem cultura, que tem religiões e uma identidade. O racismo é forte,



Foto: Arquivo pessoal/Reno Paiva

Reno Paiva
Secretário de Relações
do Trabalho da CNTV

mas também precisamos ser.”

Para Maria Julia, a mudança desejada na sociedade deve começar ainda nos primeiros anos da escola. “Dos africanos, só sabemos a história da escravidão. Temos uma lei desde 2003 que institui na grade curricular o ensino da cultura e da história da África, mas ela ainda é pouco aplicada”, destaca. “Precisamos cobrar que ela seja cumprida pra termos uma nova mentalidade da população. Nossas crianças, adolescentes e jovens precisam estudar e aprender que a cor da pele não é razão para discriminar ninguém. Com certeza essa nova mentalidade será fundamental para o combate ao racismo.”

Mulheres

A igualdade de oportunidades e o combate à discriminação também são pontos cruciais nas secretarias de mulheres. Na CUT Nacional, a mudança começou dentro das próprias diretorias. “A paridade foi aprovada em 2012 na CUT com mais de 90% de votos favoráveis. Ela não é apenas uma política afirmativa dentro da central, que garante 50% dos cargos elevados para mulheres. Representa também a participação feminina na construção da sociedade”, declara a secretária nacional da Mulher Trabalhadora da

CUT, Rosane da Silva.

Rosane destaca a mobilização de praticamente todos os ramos ligados à Central no final de 2014 em um ato de repúdio contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) após insultos contra a também deputada Maria do Rosário (PT-RS). “Protagonizamos um ato no congresso de solidariedade e afirmamos que nós, mulheres, não podemos mais tolerar nenhuma violência e discriminação. Infelizmente, isso ainda é muito presente na sociedade e no ambiente de trabalho. É nosso desafio constante continuar a luta, nos organizarmos e pautarmos a sociedade com políticas afirmativas”, ressalta.

No ramo do vestuário, assim como em todos os demais ramos, a pressão sobre as mulheres é grande no local de trabalho. “Temos casos de empresas que deixam de contratar mulheres porque nós menstruamos e engravidamos”, denuncia a secretária da Mulher Trabalhadora da CNTV, Maria Regina Lessa. “As mulheres também sofrem com o machismo e com a diferença de salário. Exercem a mesma função, mas acabam recebendo menos, apenas porque são mulheres”, completa.

Além de salários iguais, a CNTV tem como bandeira de lutas a garantia de creche no local



Maria Regina Lessa
Secretária da Mulher
Trabalhadora da CNTV

Foto: Paola Belo

“Nós, mulheres, não podemos mais tolerar violência e discriminação. É nosso desafio nos organizarmos e pautarmos a sociedade com políticas afirmativas”

Rosane da Silva
Secretária nacional da
Mulher Trabalhadora da CUT



Foto: Omo Santos / CUT Nacional



Márcia Viana

Secretária de Imprensa e Comunicação da CNTV

de trabalho. “Raras são as empresas que disponibilizam de creche para os filhos das trabalhadoras. A maioria das mães abandona o emprego porque não tem com quem deixar os filhos. Os salários também são menores, o que impossibilita que elas paguem alguém pra cuidar das crianças”, afirma Maria Regina.

A garantia de creche também é pauta presente na CUT Nacional. “Queremos entregar nossa pauta à presidenta Dilma com reivindicações para negociações coletivas com igualdade de salários, combate à discriminação no local do trabalho, garantia de creche, aumento da licença paternidade e de ascensão profissional para as mulheres”, enumera Rosane. “Vamos também debater como a mídia e os meios de comunicação usam o corpo da mulher, em especial na publicidade.”

Comunicação

A mídia brasileira também está na mira da Secretaria de Comunicação. “A democratização será mantida como carro-chefe das ações da Secretaria de Comunicação da CUT no próximo período, porque a comunicação é o eixo central das discussões democráticas”, enfatiza a secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane

Bertotti. “A CUT, historicamente, desenvolveu a discussão política sobre comunicação social como um dos pilares fundamentais na construção da democracia. Entendendo que ela, quando vista para além da visão neoliberal de ‘expressão do indivíduo’, se constitui um direito humano essencial”, reforça.

Durante todo o ano de 2014, a bandeira da democratização da mídia esteve à frente da secretaria, o que possibilitou uma série de avanços. Entre eles, a aprovação do Marco Civil da Internet e o compromisso do Governo Federal com a regulação econômica dos meios de comunicação. “É preciso destacar que os avanços foram poucos por parte do poder público e que, em 2014, completou cinco anos da Conferência Nacional de Comunicação sem que as demandas dos movimentos sociais, incluindo a CUT, na área de comunicação fossem atendidas ou consideradas profundamente. A CUT quer que as resoluções da Confecom sejam implementadas e lutará para que isso ocorra em 2015”, aponta a secretária nacional de comunicação.

Nessa luta, cabe às confederações, às federações e aos sindicatos a mobilização em busca de maior apoio e divulgação do tema. “Participamos das discussões da democratização da comunicação no Brasil e defendemos o papel de



“Não é possível pensarmos no direito à cidade, à saúde, à educação, ao trabalho e à formação profissional sem termos em mente a comunicação”

Rosane Bertotti

Secretária nacional de Comunicação da CUT

“Lutamos para que as políticas sociais se tornem um bem social pleno, para que não seja mais necessária uma política que as garanta”

Expedito Solaney

Secretário nacional de Políticas Sociais da CUT



Foto: Dima Santos / CUT Nacional

cada secretaria, em cada confederação, de mostrar para os sindicatos a importância de estarmos juntos nessa luta”, afirma a secretária de Imprensa e Comunicação da CNTV, Márcia Viana. “Hoje a mídia criminaliza os movimentos sociais e sindicais e nossas lutas acabam longe dos noticiários. Exemplo disso foi a valorização do salário mínimo, que foi uma luta das centrais, mas que não foi mostrado dessa forma à população brasileira”, destaca.

Para a secretária nacional de Comunicação, é preciso pensar a comunicação também como um direito que precisa ser debatido e tratado com toda a sociedade. “Não é possível pensarmos no direito à cidade, à saúde, à educação, ao trabalho, à formação profissional, sem termos em mente que a comunicação é estruturante na articulação e na defesa desses direitos, sem pensarmos que a comunicação é a forma com que temos acesso a dados, a políticas, a informações”, defende.

Políticas sociais

Assim como a comunicação integra diferentes setores, as políticas sociais unem lutas defendidas por diferentes secretarias e comuns a vários ramos. As

demandas que nascem a partir dos trabalhadores e trabalhadoras são levadas aos níveis superiores de governo. Exemplo disso são as lutas contra o trabalho precário, infantil e escravo, por empregos formalizados e por salários dignos.

“Nossa secretaria trabalha para que a agenda das políticas sociais seja organizada e pautada pelo Governo. Nós não ofertamos políticas sociais aos trabalhadores; nós ouvimos as demandas, organizamos em políticas e cobramos do Governo o cumprimento”, explica o secretário nacional de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney.

“As políticas existem e nós lutamos para que elas sejam universais e equânimes, que cheguem a todos os trabalhadores independentemente da condição social, sexo ou raça. Elas precisam estar disponíveis e garantidas pelo Estado”, afirma Solaney. “Mas nossa luta é que o trabalhador só as acesse quando não houver outro recurso. Cidadania tem que vir pelo próprio esforço, por isso, exigimos carteira assinada, trabalho digno, transporte público de qualidade, saúde pública de qualidade. São condições necessárias para que o trabalhador garanta a própria cidadania”, completa.

Pela natureza universal que

Foto: Paola Bello



Arlei Ragalau

Secretária de Políticas Sociais da CNTV



“Queremos que as informações sobre doenças e condições de saúde no local de trabalho nos mais diferentes setores venham para a pauta da CUT”

Junéia Martins Batista

Secretária nacional de Saúde do Trabalhador da CUT

possui, a secretaria de Políticas Sociais atua diretamente ligada às demais secretarias e transversalmente a todos os ramos. Por isso, a CTNV apoia a maioria das políticas sociais defendidas pela Central. “Lutamos pela igualdade racial, pela saúde do trabalhador – física e psicológica. Também temos apoiado muito a questão do transporte público de qualidade”, enumera a secretária de Políticas Sociais da CNTV, Arlei Regalau. “A política de salários também está sempre em debate, tanto regional quanto nacionalmente, assim como o envolvimento maior dos jovens nos movimentos sociais e sindicais”, completa.

Esse diálogo com secretarias e ramos, de acordo com Solaney, é fundamental para a agenda de Políticas Sociais. Embora importantes, o secretário afirma que o ideal seria que elas não fossem necessárias. “Lutamos para que, um dia, elas se tornem um bem social de verdade, com toda sua plenitude, e que não seja mais necessária uma política que as garanta. As cotas raciais são um exemplo: lutamos para que elas sejam universais e adotadas por todos. Que a garantia das cotas seja um processo tão natural que não seja necessário uma secretaria que lute pra que elas sejam respeitadas. A população irá res-

peitar naturalmente, sem questionar ou ameaçar”, planeja.

Saúde

Outra política que precisa se tornar natural e garantida a todos é a de saúde e segurança no local de trabalho. Na Central, o tema é debatido tanto a partir de questões externas, ligadas diretamente ao trabalhador e à trabalhadora nas bases, quanto dentro da própria instituição. “A CUT Nacional tem uma história de defesa da saúde desde 1990, quando foi criado o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, o INST”, lembra a secretária nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, Junéia Martins Batista.

Segundo Junéia, um dos desafios diários da secretaria é a integração dos debates sobre o tema, envolvendo e ampliando a todos os ramos e confederações. Neste sentido, seriam abordados tanto problemas de âmbito geral, que atingem a todos os trabalhadores, quanto os problemas específicos dos ramos. “O que a gente quer no dia a dia da Central é que as especificidades de cada ramo, as informações sobre doenças e condições de saúde no local de trabalho nos mais diferentes setores, venham para a pauta sindical. Para isso acontecer, a saúde precisa se consolidar como política”, aponta.



Herman Francisco

Secretário de Saúde do Trabalhador da CNTV

No ramo vestuário, dados do Ministério da Previdência Social apontam que cerca de 20% dos trabalhadores e trabalhadoras correm risco diário de acidentes. Entre os principais motivos estão a falta de uso de equipamentos de proteção individual, a deficiência na fiscalização e a banalização das ocorrências. A dificuldade em garantir a assistência médica e social também se mostra como um obstáculo a ser superado.

“Hoje, a média de afastamento do trabalho por motivos de saúde ou de acidentes é de um ano a um ano e meio. Neste período, não são todos que podem contar com o auxílio garantido por lei”, afirma o secretário de Saúde da CNTV, Herman Francisco. “Dessa forma, os trabalhadores deixam de receber seus salários e acabam desassistidos socialmente. Enquanto esperam por uma decisão judicial, são penalizados duas vezes – a primeira na empresa, a segunda, na sociedade.”

Para o secretário de Saúde do Trabalhador da CNTV, as condições só começarão a melhorar quando os sindicatos atuarem na conscientização das bases sobre seus direitos. “Não basta que as empresas modernizem sua produção se ao trabalhador resta acúmulo de funções, horas extras e estafa. Cabe aos sindicatos e aos trabalhadores a denúncia dessas

práticas não aceitáveis.”

Quanto às questões de maior abrangência, Junéia lembra que é dever da Central estar à frente, mas as confederações precisam garantir o apoio e a disseminação do conhecimento para fortalecer a luta. “Temos hoje um grande debate sobre as medidas propostas pelo Governo no final de 2014 que mexem na seguridade social e, alguns pontos, diretamente na vida e na saúde do trabalhador. Exemplo disso é a ampliação da licença de 15 para 30 dias de afastamento, a cargo da empresa”, alerta. “Também temos a possibilidade da terceirização da perícia médica. São questões discutidas diariamente pela Central, mas que precisam ser trabalhadas também na base. As confederações, como a CNTV, precisam levar esse debate às federações e aos sindicatos. Fortalecidos, conseguimos defender nossos direitos”, completa.

Juventude

Nessa luta por conquistas sociais e garantias de direitos, a juventude está com papel fundamental na sociedade brasileira. “A juventude tomou o centro dos debates no Brasil depois das manifestações de junho e julho de 2013”, comemora o secretário nacional de Juventude da CUT, Alfredo Santos Júnior. Desde en-

“O jovem de hoje não é o mesmo da década de 1980. O sindicato precisa atualizar a forma de agir e de se pautar”

Alfredo Santos Júnior
Secretário nacional de
Juventude da CUT



Foto: Oino Santos / CUT Nacional



James Santos Alves
Secretário de
Juventude da CNTV

tão, a visão de que os jovens não se interessam por política e por direitos tem mudado bastante.

Fruto desse envolvimento foi o Estatuto da Juventude, aprovado em 2013, que determina os direitos garantidos por lei aos jovens brasileiros de 15 a 29 anos – um contingente de cerca de 51 milhões de pessoas. A juventude CUTista participou ativamente do processo de elaboração do estatuto e lutou para que fosse aprovado. Entre os 11 direitos garantidos está o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda.

“Até então, tínhamos legislação para crianças e adolescentes. O Estatuto foi o primeiro marco legal com o tema da juventude e lutamos para que ele garantisse também o trabalho decente a todos os jovens”, destaca Alfredo. Segundo o secretário, os próximos anos serão intensos para a juventude no Brasil. “Estamos construindo agendas importantes junto à União. Para isso, trabalhamos em quatro frentes: formação, mobilização, relações institucionais com o Governo e relações diretas com o movimento sindical, que é hoje nosso maior desafio”, afirma.

O desafio apontado na CUT Nacional é o mesmo encontrado na juventude da CNTV. “Parte significativa do nosso ramo é composta por jovens, mas o envolvimento deles no meio sindical ainda é pequeno”, diz o secretário de Juventude da CNTV, James Santos Alves. Mas o trabalho intenso desenvolvido nas bases tem conseguido despertar a atenção dos jovens para temas cotidianos, como o mercado de trabalho e os direitos que lhes são garantidos. “Hoje, em algumas regiões do Nordeste, temos sindicatos com 80% da diretoria formada por jovens. Os jovens estão vendo

que precisam participar das mudanças para garantir um País mais justo, com renda e trabalho digno para todos”, comemora.

Para o secretário nacional de Juventude, há dois desafios em 2015. O primeiro é envolver mais jovens no meio sindical. O segundo, é despertar mais interesse no meio sindical pelos jovens. “A direção do movimento sindical questiona a falta de interesse dos jovens, mas a minha pergunta é outra: por que o movimento sindical não se interessa pela juventude? O jovem de hoje não é o mesmo da década de 1980. O sindicato precisa atualizar a forma de agir e de se pautar”, enfatiza Alfredo. “O movimento sindical ainda funciona muito em mão única enquanto a juventude, na era da internet e de notícias rápidas, é protagonista dos processos.”

Formação

Uma das frentes que tem se adaptado ao perfil dos jovens é a de formação. Segundo o secretário nacional de Formação da CUT, José Celestino Lourenço, para que o sindicalismo tenha continuidade e avance em abrangência e em conquistas para os trabalhadores, é preciso preparar as novas lideranças. “A formação de massa tem promovido resultados muito positivos, porque é ela que dá a base para o futuro líder. Hoje, temos mais de oito mil dirigentes e militantes que passaram pelo processo formativo. Essa formação é essencial para termos lideranças que atuem de forma mais consistente”, ressalta.

Ele lembra que a formação planejada pela Central é de classe e que, para assuntos específicos de cada ramo, é fundamental o



Jair Xavier dos Santos
Secretário de
Formação da CNTV

envolvimento e a iniciativa dos sindicatos. Neste sentido, a busca por formação tem sido maior a cada ano, aumentando também a formação específica para os ramos. “Mais trabalhadores de nossa base têm sido atendidos pela formação, não só por causa do planejamento da secretaria nacional, mas também pelo interesse crescente dos sindicatos, confederações e federações em investir na formação como elemento estratégico”, aponta.

Na CNTV, a formação tem sido destaque tanto em ações específicas dos sindicatos quanto em eventos maiores, que envolvam diferentes setores. “Estamos focados tanto em qualificar mais os diretores da confederação e das federações quanto em trabalhar temas fundamentais para as bases, como doenças do trabalho, negociação coletiva e legislação trabalhista”, afirma o secretário de Formação da CNTV, Jair Xavier dos Santos.

“Pegamos essas duas frentes porque o diretor costuma chegar cru ao sindicato e precisa conhecer as leis trabalhistas para levar informação ao trabalhador da sua base. E também buscamos fazer a formação social e política dos trabalhadores, porque quando a gente fala de formação, a gente acredita que não é só formar para o trabalho, mas formar para ter

uma visão própria de mundo e saber se contrapor”, completa.

“A formação de lideranças é estratégica e a formação de base é fundamental para termos trabalhadores mais conscientes”, afirma Lourenço. “Os trabalhadores precisam estar capacitados para fazer a leitura e atuar diante da realidade constatada, mas a formação não tem a capacidade de resolução de problemas de classe. Organização, mobilização e formação precisam andar juntas. Elas são o tripé na base dos sindicatos.”

Organização sindical

Assim como a formação tem se adaptado aos novos perfis de sindicalistas, a organização e as políticas sindicais buscam mudanças que fortaleçam a ação e potencializem resultados de lutas. Uma das estratégias que vem sendo amadurecidas na CUT é a unificação de pautas comuns em diferentes setores. Além da união de ramos em macrossetores, o desafio para 2015 é reorganizá-los.

“Nosso maior desafio é atualizar e reorganizar os ramos”, afirma o secretário nacional de Organização e Política Sindical da CUT, Jacy Afonso de Melo. “Há um estímulo de categorias que reforçam o corporativismo em detrimento do sindicalismo que estamos acostumados.

“Mais trabalhadores passam pela formação devido ao interesse dos sindicatos, confederações e federações em investir na formação como elemento estratégico”

José Celestino Lourenço

Secretário nacional
de Formação da CUT



Foto: Osmo Santos / CUT Nacional



“Hoje, as categorias reforçam o corporativismo. Vamos buscar reagrupar os ramos novamente, buscar uma definição mais perene da organização sindical”

Jacy Afonso de Melo

Secretário nacional de Organização e Política Sindical da CUT

Hoje, vamos buscar reagrupar os ramos novamente, buscar uma definição mais perene da organização sindical”, completa. Outro desafio da CUT compartilhado pela CNTV é a “interiorização”. “A CUT tem que ir onde os sindicatos filiados estão. Por isso, também temos como desafio realizar mais caravanas sindicais em cidades do interior, que estão longe das capitais”, reforça Jacy Afonso.

“Temos feito o trabalho de ir até o sindicato para estimulá-los a ir até o trabalhador”, concorda o secretário de Organização Sindical da CNTV, Edmilson Antônio Viturino. “Ainda vemos muito sindicato com dificuldade de se organizar. A gente visita e vê que está totalmente parado, preso ao escritório. Os dirigentes não vão pra porta das fábricas, não conquistam trabalhadores”, lamenta.

Por isso, o grande desafio para a CNTV, assim como para a CUT, é estar mais próximo das bases. Para Edmilson, somente com iniciativa e com contato direto com o trabalhador é que as lutas se fortalecem. “Ouvimos sindicato lamentando que não têm recurso pra sair. Mas o sindicato tem que ir na base, puxar assembleia com trabalhador, fazer campanha salarial. O sindicato tem que estar presente no dia a dia do trabalhador.

As coisas só vão começar a mudar quando tivermos mais ação.”

Relações Internacionais

Ao mesmo tempo que a CUT Nacional busca a aproximação das bases distantes das capitais, há um movimento para aumentar a representatividade e a mobilização a nível internacional. Um dos passos mais importantes neste sentido foi a conquista da presidência da Confederação Sindical Internacional (CSI) pelo então secretário nacional de Relações Internacionais da CUT, João Felício. Em seu lugar, assumiu a secretaria Antonio Lisboa, que em 2014 foi eleito membro representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com Lisboa, o maior desafio do movimento sindical internacional atualmente é a mobilização e a atuação de forma conjunta no enfrentamento do poder crescente das multinacionais. “Há uma estratégia estabelecida pelas multinacionais e transnacionais de retirar direitos dos trabalhadores. Mas pra retirar direitos, é necessário que se apague um direito fundamental, que é o direito de greve, que está sendo questionado na OIT. Se você não tem o direito de greve, você pode impactar depois os outros



Edmilson Antônio Viturino

Secretário de Organização Sindical da CNTV

direitos”, explica. “É fundamental construir uma estratégia que passe pela mobilização dos trabalhadores. Não adianta nada a gente conseguir a intervenção de organismos internacionais se não tiver a mobilização, a pressão da classe trabalhadora.”

A estratégia para barrar essa regressão nos direitos da classe trabalhadora é a mobilização e a ação em cadeia – no mesmo modelo adotado atualmente para as linhas de produção em empresas multinacionais. “Se a produção é feita em cadeia, em diferentes países, precisamos atuar e fazer o contraponto da mesma forma. Isso se dá a partir da construção de acordos globais, mesmo que sejam acordos marco”, avalia. “Com esses acordos, garantem-se patamares mínimos de condições de trabalho e de vida para os trabalhadores e, a partir daí, é possível avançar em cada país, em cada Estado, em cada sindicato”, garante Lisboa.

O ramo vestuário é atualmente um dos que mais sofrem com o efeito de transnacionalização das empresas e das cadeias produtivas. “Hoje, o produto comercializado no Brasil pode ter o início e o fim da cadeia produtiva aqui, enquanto a produção é enviada para outros países. O que vale, na visão das empresas, é a diminuição de custos e o aumento máximo dos lucros. Nesse proces-

so, os direitos trabalhistas acabam sendo o último item na lista de prioridades”, reforça a secretária de Relações Internacionais da CNTV, Benedita Donizeti Soares. “Como confederação, buscamos iniciar o processo de combate a situações degradantes de trabalho a partir de grandes empresas, responsáveis por suas cadeias produtivas. Mas sabemos que estamos apenas no início dessa luta.”

“Não adianta, no caso do vestuário, fazer greve em uma planta de uma multinacional, que muitas vezes tem a cadeia produtiva terceirizada, quarteirizada, onde a empresa se desresponsabiliza pelas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores que estão lá na ponta da produção”, afirma Lisboa. “É preciso que os trabalhadores também tenham capacidade de atuar globalmente, seja a partir da CSI, seja a partir dos sindicatos globais, seja a partir da construção de redes sindicais, que é onde estamos investindo.”

Ciente deste problema, em 2015 a CNTV passa a integrar um projeto gerido pela Secretaria de Relações Internacionais da CUT que tem como objetivo a atuação internacional por meio do apoio à criação e ao fortalecimento de redes sindicais. Para a CNTV, será uma nova etapa em um processo contínuo de lutas e de garantia de direitos a todos os trabalhadores. ●

“Se a produção é feita em cadeia, em diferentes países, precisamos atuar e fazer o contraponto da mesma forma. Isso se dá a partir da construção de acordos globais”

Antonio Lisboa
Secretário nacional de Relações Internacionais da CUT



Foto: Arquivo pessoal/Benedita Soares

Benedita Donizeti Soares
Secretária de Relações Internacionais da CNTV



Foto: Paola Bello



AÇÃO SINDICAL PARA ALÉM DAS CAPITAIS

Por Jacy Afonso de Melo, secretário nacional de Organização e Política Sindical da CUT

Nos anos 1980 e 1990, época em que a CUT foi criada, comitês de fábricas e sindicatos tinham a prática de atuar conjuntamente. O chamado sindicalismo clássico era caracterizado pela união, pela luta unificada entre diferentes classes e categorias, e o alvo era o direito do trabalhador, independentemente do ramo, do setor ou da categoria à qual fazia parte.

Hoje, com o reconhecimento das centrais sindicais, a disputa para obtenção do registro sindical estimula o corporativismo e a organização por categorias. Novos sindicatos são criados a cada dia, mas com menos atuação e representatividade.

Outro grande desafio é reintegrar as CUTs estaduais com os sindicatos do interior. Hoje, vemos que quanto maior a distância da capital, menor é a assistência, o alcance e a integração com sindicatos, dirigentes e trabalhadores. Para mudar esse quadro, a CUT tem investido em caravanas. Vamos até o sindicato mais longínquo, reforçando a importância de nos conhecermos, de trocarmos experiências, de ouvirmos nossas bases, independentemente da categoria que representam.

Temos, por exemplo, dentro de um mesmo hospital público trabalhadores organizados e representados na CUT por três confederações distintas – CNTSS, para os servidores, CNTV-PS, para trabalhadores de segurança, e Contracs, para os terceirizados de limpeza. Três categorias que trabalham juntas no dia a dia, mas com data-base, acordos coletivos e campanhas de sindicalização distintas. Então por que não unificarmos pautas comuns, ações conjuntas?

Nesse sentido, estes três ramos têm desenvolvido um projeto piloto de sindicalização na Bahia e em Brasília. Mais do que simplesmente sindicalizar, buscamos com este trabalho a formação política e coletiva, o reconhecimento de novos líderes, e, conseqüentemente, o fortalecimento da organização sindical dentro e fora do local de trabalho. Essa é uma experiência inicial e que pode ser colocada em prática nos mais diversos ramos e Estados.

Juntos nos tornamos a maior central sindical do Brasil. E é com a união de todos que garantiremos a organização no local do trabalho, o direito à sindicalização e o respeito às leis trabalhistas em todo o Brasil – tanto nas capitais quanto no interior. ●



É PRECISO FORTALECER AS BASES

Por Quintino Severo, secretário nacional de Administração e Finanças da CUT

A sindicalização de trabalhadores e trabalhadoras é hoje um dos grandes desafios para a CUT. Hoje, nossa Central conta com 3.800 entidades filiadas e mais de 7 milhões de trabalhadores sindicalizados – entre rurais e urbanos, no setor público e privado –, representados em todas as categorias e ramos de atividade econômica do País.

Para além dos números e da defesa intransigente dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora, a CUT se consolidou, ao longo de seus 31 anos, como uma das principais entidades da sociedade civil, com participação ativa nas questões de interesse da sociedade em geral e em defesa do desenvolvimento do País. Nossas lutas em conjunto com os movimentos sociais em defesa das reformas – política, tributária e agrária – são exemplos disso.

A CUT tem papel importante nas transformações ocorridas no Brasil nos últimos 12 anos. O número de empregos com carteira assinada cresceu, o desemprego diminuiu e milhões de trabalhadores conquistaram melhores salários e condições de vida.

Porém, o índice de sindicalização não seguiu o mesmo crescimento. Por isso, precisamos articular cada vez mais nossas ações às das confederações, federações e sindicatos que, por sua vez, também devem se articular entre si. Temos de despertar a consciência de classe entre os trabalhadores e estimular a ação coletiva nos locais de trabalho.

O sindicato tem a responsabilidade de estar presente no dia a dia da base, de mobilizar as categorias que representam e estimular os trabalhadores não apenas para que se sindicalizem, mas para que façam parte da vida sindical.

Mas como fazer isso? Uma das propostas é a substituição do imposto sindical, hoje descontado de forma compulsória do salário, por uma contribuição negocial aprovada democraticamente em assembleia de trabalhadores. Essa proposta, amplamente discutida, pode tirar alguns sindicalistas da zona de conforto e estimular a sindicalização.

Enquanto a mudança na lei não acontece, é preciso criar estratégias que mobilizem as bases. Grande parte dos sindicatos precisa voltar às origens, ao contato diário com quem é o motivo de sua existência: o trabalhador. E que dessa relação venha a conscientização de que a luta coletiva resulta em conquistas e garante direitos. ●



ALTERNATIVA À FRAGMENTAÇÃO

Por Sérgio Nobre, secretário geral da CUT

A legislação sindical vigente no Brasil foi criada na década de 1940, na Era Vargas. É uma lembrança presente diariamente nas ações de nossa luta, na definição de nossas pautas, no nosso modo de organização sindical, com consequências injustas e inaceitáveis do ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras. Uma dessas consequências é a fragmentação na organização do movimento sindical.

Convivemos com uma estrutura jurídica onde os representantes dos trabalhadores têm de confrontar a norma legislativa que limita a atuação sindical às categorias profissionais, ao mesmo tempo que sindicatos são reduzidos aos limites da representação de uma profissão, um ofício. No processo de globalização das empresas e das relações de trabalho, os sindicatos isolados perdem espaço e voz, perdem poder de ação no combate às desigualdades. É nesse cenário que se desenvolve o processo de fortalecimento da organização por macrossetores, espaços de integração de ramos e de unificação de lutas.

A CUT trabalha hoje com quatro macrossetores: indústria, rural, comércio e serviços, e serviço público. A experiência tem se mostrado produtiva na construção do debate e na busca por solução de problemas comuns. Dentre esses quatro macrossetores, alguns frutos são provenientes do macrossetor indústria, do qual a CNTV faz parte, além de metalúrgicos, químicos, representantes da alimentação e da construção.

Estes cinco ramos têm debatido conjuntamente problemas que atingem a todos. Este processo coletivo ganha impulso e solidez à medida que aumenta a percepção da ligação existente entre si dentro das cadeias produtivas. Assim como a indústria possui federação e confederações unificadas, o movimento sindical também precisa ter representantes que atuem de forma integrada, que pensem e atuem estrategicamente na luta pela garantia de direitos de trabalhadores e trabalhadoras.

O macrossetor indústria é uma referência de integração. Temos mais de 10 mil sindicatos que demandam iniciativas integradas e diálogo mais amplo. Agir a partir de macrossetores tem sido não somente uma alternativa à fragmentação, mas uma proposta de política organizativa que amplia a representatividade e o poder de negociação. Enquanto nossa legislação permanecer nos anos de 1940, cabe ao movimento sindical tomar a frente em ações articuladas, integradas e mais eficazes. ●



CNTV: UMA PARCEIRA DE PRIMEIRA HORA

Por Vagner Freitas, presidente nacional da CUT

Antes de a CUT existir, já existiam os sindicatos dos trabalhadores no vestuário, couro, calçados e têxtil. Estas profissões apareceram antes mesmo do próprio capitalismo e fazem parte da história da humanidade. Quando começamos a discutir a necessidade de organizar no Brasil a sua primeira Central Sindical dos Trabalhadores, chamada de Pró-CUT, já tivemos a contribuição de lideranças sindicais destes ramos tão importantes.

O processo de constituição da CUT aconteceu quando o Brasil ainda vivia sob uma Ditadura Militar, quando muitos trabalhadores foram perseguidos, presos e até mortos. Isto incluía também os trabalhadores sapateiros, têxteis e de confecções.

Fundamos a CUT em 28 de Agosto de 1983, com expressiva presença dos trabalhadores que mais tarde fundaram a CNTV da CUT. Este foi um processo muito importante. A partir da constituição da primeira central sindical no Brasil, houve a necessidade de se estruturar as CUTs em todos os Estados, assim como estruturar os principais ramos profissionais. Mais uma vez contamos com importante iniciativa dos trabalhadores e trabalhadoras em confecções, couro, calçados e têxteis.

Derrotamos a ditadura militar e reconquistamos as liberdades democráticas com eleições diretas para governadores e para presidente da república. Neste processo, elegemos muitos sindicalistas como parlamentares, prefeitos, alguns governadores e, em 2002, elegemos pela primeira vez um presidente da república oriundo do movimento sindical. Elegemos Lula para presidente, reeleito em 2006 como o melhor presidente que o Brasil já teve. Depois elegemos e reelegemos, pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher como presidenta: Dilma Rousseff.

Superamos o neoliberalismo e as privatizações no Brasil. Mas, mesmo com tantas vitórias, ainda temos dificuldades a serem superadas. Temos que combater a rotatividade e a terceirização. Precisamos melhorar a infraestrutura nacional, garantindo políticas públicas que possibilitem qualidade de vida para a sociedade e para a classe trabalhadora.

Juntos somos fortes. Juntos somos CUT. Unidos contribuiremos para o Brasil ser uma grande nação. Todo apoio à CNTV! ●

A PRESENÇA DA CNTV NO MACROSSECTOR INDÚSTRIA

Foto: João Guilherme Dias/Contac/CUT



“O vestuário é hoje um dos ramos mais fortes dentro do macrossetor indústria da CUT. Sua importância é grande como categoria, como segmento da economia brasileira e devido ao número de trabalhadores que representa. Desde que começamos a organizar os ramos da indústria em um macrossetor, a CNTV esteve à frente. Não teríamos o mesmo sucesso sem o envolvimento da confederação.”

Siderlei de Oliveira

Presidente da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT (Contac/CUT)

“A criação do macrossetor indústria possibilitou o trabalho articulado entre os setores que compõem a indústria brasileira. Nos últimos três anos, pudemos observar como os segmentos interagem e se complementam. O setor do vestuário é fundamental para a sociedade, com dificuldades e desafios comuns aos demais. Com essa experiência, exercitamos na prática a solidariedade de classe.”

Lucineide Varjão

Presidenta da Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNQ/CUT)



Foto: Divulgação/CND/CUT

“Uma das grandes lutas do macrossetor indústria lideradas pela CNTV é por uma política nacional de comércio exterior. Todos da indústria somos afetados pelas importações, em especial de produtos chineses. Como macrossetor, somos interlocutores de cinco ramos, e isso dá muito mais peso na discussão com o governo. Fortalecemos a ação conjunta e expandimos nosso raio de ação.”

Claudio da Silva Gomes

Presidente da Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e da Madeira filiados à CUT (Conticom/CUT)

Foto: Divulgação/Conticom/CUT



“Os dirigentes da CNTV têm, ao longo da existência da entidade, batalhado pela unificação de direitos e praticado a solidariedade de classe em todas as suas ações. A entidade é parceira fundamental para o macrossetor pois carrega em seu DNA a consciência de que é preciso cada vez mais investir na unidade da classe trabalhadora para que a igualdade de direitos seja uma realidade em todos os setores.”

Paulo Cayres

Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT)



Foto: Divulgação/CNM/CUT

FIQUE POR DENTRO DE TUDO
O QUE ACONTECE NO RAMO DO VESTUÁRIO.



ACESSE NOSSO SITE INSTITUCIONAL
E CURTA NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK



www.cntvcut.org.br



www.facebook.com/cntv.cut





Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário  

Rua Caetano Pinto, 575, 1º andar
Brás - São Paulo - SP
CEP 03041-000

(11) 2108-9219
www.cntvcut.org.br
cntvcut@cntvcut.org.br